

HOJE EM DIA - BELO HORIZONTE, SEGUNDA-FEIRA, 6/2/2012

Política 3

Justiça em Minas define normas para magistratura

TJ-MG avalia emendas apresentadas ao Regimento do Judiciário que deverá ser votado no mês de março

AMÁLIA GOULART

amaliagoulart@hojeemdia.com.br

Os juízes e desembargadores de Minas Gerais só podem ser investigados por seus próprios pares ou por autorização e sob fiscalização dos mesmos. Se, em uma investigação, surgir o nome de um magistrado mineiro, a autoridade policial ou competente deverá remeter os respectivos autos ou peças informativas ao Tribunal de Justiça, cabendo ao Órgão Especial – composto por desembargadores – autorizar ou não o prosseguimento das apurações. Em caso de sinal verde, as investigações serão conduzidas pelo Tribunal de Justiça ou pela autoridade policial, com a fiscalização da Corregedoria.

A norma que rege a apuração de possíveis crimes cometidos pelos homens de toga no Estado consta do novo Regimento Interno que o Tribunal de Justiça deve votar em março. Na prática, apenas a Corregedoria, formada por desembargadores, poderá investigar os próprios desembargadores. Es-

sem ter o aval de corregedorias regionais. Na ocasião, o ministro Gilmar Mendes chegou a criticar a atuação das instâncias locais dos tribunais de Justiça. "Até as pedras sabem que as corregedorias (locais) não funcionam quando se trata de investigar seus próprios pares", afirmou Mendes, que votou favoravelmente à chamada "competência competente" do CNJ. Com a decisão do STF,

Normas que irão orientar exercício e organização dos magistrados estão em apreciação final

apenas o Conselho pode investigar os juízes mineiros, sem ter que pedir autorização ou sofrer monitoramento do Tribunal de Justiça.

vado o quinto constitucional.

Outro ponto alvo de polêmicas nesse ano foram as promoções dos magistrados. O regimento prevê que os mais antigos têm direito às vagas ociosas. Hoje, o CNJ tem em mãos 17 contestações de promoções dadas a juízes, alçados ao cargo de desembargadores entre 2006 e 2009.

A nova proposta de normas que irão orientar o exercício e a organização dos magistrados mineiros encontra-se em fase de apreciação final. Juízes, desembargadores, entidades representativas e servidores apresentaram 422 emendas ao Regimento Interno discutido. Uma Comissão Especial, formada para tratar do assunto, analisa as proposições. Ela tem até hoje para dar um veredicto acerca das emendas. Até agora, 130 pareceres foram emitidos.

As análises têm que ser publicadas até amanhã. Após a etapa, o presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Cláudio Costa, convocará o Tribunal Pleno – uma instância superior da instituição – para a discussão e posterior votação do novo regimento

OAB-MG defende mudanças

O presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, seção Minas Gerais, Luiz Cláudio Silva Chaves, pediu mais mudanças no Judiciário. Segundo ele, a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), de dar poderes de investigar magistrados ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ), abriu brechas para outras alterações. "Estávamos com medo de ter um retrocesso, mas agora o caminho está aberto para outras conquistas. Temos que verificar as causas da morosidade do Poder Judiciário e atualizar o processo eletrônico, entre outras mudanças", afirmou Chaves.

Ele considerou a decisão dos do Supremo. Para a atuação delicada de desembargadores ocorre nas corregedorias, o CNJ pode avaliar o caso. Foi uma luta da OAB. "ca a questão do CNJ?", questionou. "mentar o caso específico de juízes e desembargadores, que não podem ser investigados sem a autorização do Tribunal de Justiça."

Já o assessor especial da Presidência da Associação dos Magistrados Mineiros (Amagis) e secretário-geral da Associação dos Magistrados do Brasil (AMB), Nelson Missias, é contrário ao poder concorrente determinado pelo Supremo Tribunal Federal ao CNJ. Ele entende que o Conselho não tem prerrogativa constitucional para tanto, no entanto, afirma que a decisão da instância máxima da Justiça, o STF, é inquestionável.

"AAMB agiu corretamente buscando o regramento constitucional, mas o Supremo entendeu que o CNJ tem poder concorrente. Deve ser respeitado o mesmo manda-

mento constitucional que diz que a última palavra é do Supremo", afirmou Missias. Sobre a restrição do poder de investigar juízes e desembargadores em Minas, o assessor especial da presidência da Amagis garante que a norma sempre existiu e está referendada pelo novo Regimento Interno. "É uma norma constitucional. Sempre foi assim. A decisão do Supremo não afetou isso", justificou.

Missias também defende as restrições pelas quais apenas o Tribunal de Justiça pode determinar o prosseguimento, com fiscalização dos desembargadores, de investigações contra magistrados.



Nelson Missias: contra prerrogativa constitucional para o CNJ

Minas

Hoje

PÁGINA 17 - BELO HORIZONTE, TERÇA-FEIRA, 7/2/2012

EDITORIA: JANAINA FONSECA - 3236-8078 - minas@hojeemdia.com.br

Medo de represálias cala mulheres agredidas

Pesquisa da UFMG mostra que apenas 1,7% dos casos de violência doméstica são denunciados às autoridades

A inexistência de meios para monitorar os acusados de crimes contra as mulheres deixa as denunciadas vulneráveis à fúria de seus algozes. Temendo que os agressores concretizem as ameaças, muitas vezes de morte, as vítimas preferem se calar a pedir ajuda à Justiça. Essa é a avaliação da psicóloga Marli-se Matos, coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher (Nepem) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), ao analisar o pequeno número de denúncias de violência doméstica que chega às delegacias. "Apenas 1,7% dos casos são comunicados à polícia na Região Metropolitana de Belo Horizonte", afirma.

Doutora em sociologia e professora do Departamento de Ciências Políticas da UFMG, Marli-se ressalta que, sem serem monitorados, os acusados não cumprem as medidas protetivas previstas na Lei Maria da Penha, como manter distância das vítimas. Em represália às queixas registradas pelas companheiras, parte deles comete atrocidades, como a ocorrida na madrugada da quinta-feira passada, em uma mansão em Nova Lima. A procuradora federal Ana Alice Moreira de Melo, de 35 anos, que havia denunciado a ameaça de morte que sofrera do marido, o empresário Djalma Brugnara Veloso, de 49, foi assassinada por ele. Djalma tinha sido notificado pela Justiça, horas antes, a não se aproximar da mulher.

"O ciclo da violência começa com uma agressão verbal, que evolui para um tapa e uma arma que é mostrada pelo agressor. Quando a vítima denuncia, é grande a chance de esse processo acelerar. O Estado age parcialmente, pois não tem capacidade técnica para monitorar o acusado e a vítima", diz a psicóloga.

Ela defende o monitoramento do agressor por meio de mecanismos eletrônicos, como tornozeleiras capazes de rastrear o paradeiro dele. Dispositivo semelhante já é usado nos Estados Unidos. "Sem esse controle, o fim pode ser como o da cabeleireira. Nem a câmera impediu que ela fosse assassinada", diz Marli-se, referindo-se a Maria Islaine de Moraes. Ela foi executada pelo ex-marido em janeiro de 2010, dentro do próprio salão de beleza, em BH.

A Delegacia Especializada em Atendimento à Mulher registrou 3.192 ocorrências de ameaça e 2.191 de agressão, em 2011, na capital

A estatística citada pela especialista, apontando que 98,3% dos crimes contra as mulheres ficam ocultos na RMBH, foi obtida por meio do cruzamento de reclamações registradas por entidades de assistência às vítimas com números oficiais da polícia repassados ao Centro de Estudo de Criminalidade e Segurança Pública (Crisp) da UFMG. "As vítimas ficam com medo de denunciar. Quando vêm a público contar um caso particular de violência doméstica, estão com a autoestima no limite. É o último recurso diante do medo de que aconteça algo mais grave".

Na capital, a Delegacia Especializada em Atendimento à Mulher registrou 8.768 ocorrências em 2011. A maioria por ameaça (3.192), seguida de agressão (2.191) e lesão corporal (1.358). Houve 28 tentativas de homicídio. No ano passado, foram enviados à Justiça 8.339 pedidos de medidas protetivas, 218 acusados foram presos em flagrante e foram expedidos 55 mandados de prisão. "Grande parte das vítimas é de classe social mais baixa e não denuncia por medo. Além de facilitar a fiscalização, a tornozeleira eletrônica daria mais segurança às denunciadas e aos parentes", avalia a titular da unidade, delegada Elizabeth Freitas.

A coordenadora do Nepem ressalta que a violência doméstica é um fenômeno social.

O presidente da Associação dos Magistrados Mineiros (Amagis), Bruno Terra, reconhece a necessidade de meios para monitorar o cumprimento das medidas protetivas. "Não apenas a tornozeleira, mas qualquer outro dispositivo. Precisamos de instrumentos legislativos e de dotação orçamentária que permitam o acompanhamento das penas. Podem ser vários modelos, ligados ao Executivo estadual e ao Judiciário", afirma. A Secretaria de Estado de Defesa Social informou que a escolha do fornecedor das tornozeleiras deverá ser feita neste mês. A prioridade será para o monitoramento de presos do regime semiaberto, mas os aparelhos deverão ser usados, posteriormente, por acusados na Lei Maria da Penha.

ESTADO DE MINAS • SEGUNDA-FEIRA, 12 DE MARÇO DE 2012

CULTURA



MÁRIO FONTANA

97 ANOS
INSTITUTO DOS ADVOGADOS

Prevista para transcorrer com 300 convidados, a solenidade comemorativa dos 97 anos do Instituto dos Advogados de Minas Gerais, realizada sábado, no Automóvel Clube, ficou superlotada, com mais de 500 pessoas. Houve posse da nova diretoria para o triênio 2012/2015, encabeçada por Luiz Ricardo Gomes Aranha, e entrega da Medalha IAMG 2011. Entre os agraciados, o juiz Bruno Terra Dias (AMMG), Jairo Leilis, delegado geral de polícia de Minas, e Jacob Máximo, o Advogado do Ano. Confraternização alegre da classe. Sucesso total da festa.

quarta-feira, 7 de março de 2012

POLÍCIA JORNAL DE POÇOS 5

NOTA À IMPRENSA

A Associação dos Magistrados Mineiros (Amagis) faz questão de afirmar, peremptoriamente, a correção da atuação do juiz Narciso Alvarenga Monteiro de Castro, da 1ª Vara Criminal e Execuções Criminais de Poços de Caldas, especialmente no que diz respeito à audiência marcada para o dia 29 de fevereiro de 2012 e adiada por ausência injustificada do representante do Ministério Público. Há mais de 15 anos na magistratura mineira, nunca fibrou ao juiz o compromisso com o exercício sério da judicatura. No evento em questão, não foi diferente, já que havia marcado audiência em processo de réu preso, sendo ainda um caso de ampla repercussão e conexão social; todas as decisões e declarações do magistrado Narciso Alvarenga Monteiro de Castro encontram suporte na lei, na jurisprudência, em documentos extraprocessuais e nos autos. Reafirmamos a conduta séria do magistrado, que pautou sua atuação sempre com vistas ao estrito interesse da sociedade e de forma a prestar a melhor e mais eficiente jurisdição à população.

ASSINANTE 2ª EDIÇÃO

Hoje

EM DIA

SEGUNDA-FEIRA - 5/3/2012 - BH - Nº 8.503 - R\$1,00 - 24 ANOS - hojeemdia.com.br

Insegurança nos fóruns

Alvos de retaliações e vinganças, juízes enfrentam a violência. Dos 150 ameaçados no país, 21 são mineiros. Em resposta à situação, o Centro de Segurança Institucional do TJMG vai treinar servidores para a detecção de explosivos e tomar outras medidas.

PÁGINA 1, MINAS

JUDICIÁRIO AMEAÇADO

Fóruns e magistrados são vítimas de criminosos em todo o Estado

NOVA SERRANA (Centro-Oeste): quatro servidores foram rendidos por dois homens armados e encapuzados, que atearam fogo na sala de processos criminais, destruindo cerca de 500 peças

SETE LAGOAS (Central): um preso conseguiu escapar da sala de audiência da 1ª Vara

RIBEIRÃO DAS NEVES (Região Metropolitana de BH): na madrugada de 4 de fevereiro de 2011, três homens invadiram o fórum, arrombaram o cartório civil e gabinetes da área criminal

SANTA LUZIA (Região Metropolitana de BH): cerca de 300 processos foram destruídos em um incêndio no fórum da cidade, na madrugada de 6 de janeiro de 2011

TAIOBEIRAS (NORTE): o gabinete da juíza Marcela Decar foi invadido e incendiado em 8 de dezembro de 2010

TEÓFILO OTONI (Vale do Mucuri): o juiz Flávio Prado Krettli recebeu ameaças de morte no fim de 2011

ITAMBACURI (Vale do Rio Doce): um plano para matar o juiz Cláudio Schiavo foi abortado pela polícia em junho de 2008

ITABIRA (Central): em 12 de fevereiro de 2011, metade dos processos do cartório criminal foram queimados em um incêndio no fórum

MUZAMBINHO (Sul): o juiz Flávio Schmidt foi alvo de ataques pessoais em meados de 2011

ERVÁLIA (Zona da Mata): a juíza Daniele Rodrigues Marota Teixeira sofreu intimidações feitas por criminosos em janeiro de 2010. Ela foi transferida

FONTES: Amagis

EDITORIA DE ARTE

Minas

Hoje

PÁGINA 1 - BELO HORIZONTE, SEGUNDA-FEIRA, 5/3/2012

EDITORIA: JAMÁLIA FONSECA - 3276-8578 - mha@hojeemdia.com

Fragilidade no poder

Falta de segurança nos fóruns põe em risco a vida de juízes e servidores e exige novas estratégias e investimentos

ERNESTO BRAGA

eideal@hojeemdia.com.br

Juízes ameaçados e fóruns invadidos e incendiados por criminosos expõem a fragilidade da segurança nas unidades do Judiciário em todo o país. A morte da juíza Patrícia Acioli Lourival, em Niterói, em agosto do ano passado, ressaltou ainda mais a necessidade de se investir na segurança desses profissionais que lidam com todo tipo de infrator e que, por isso, acabam sendo alvos de retaliações e vinganças. Em Minas, o quadro não é diferente. Dos 150 magistrados ameaçados no país, 21 são mineiros, segundo a Associação dos Magistrados Mineiros (Amagis). Um dos últimos ataques a fóruns foi registrado em Nova Serrana, na região Centro-Oeste do Estado, em janeiro deste ano, quando vários processos foram queimados.

As ocorrências são resultado da falta de equipamentos, como detectores de metais e câmeras de monitoramento, e da precariedade do quadro de vi-

gias. Muitos fóruns são equipados com detectores, mas que nem sempre funcionam. As intimidações refletem no desempenho e na saúde dos juízes, que estão pedindo proteção e passando a sofrer restrições à convivência social", afirma o presidente da Amagis, Bruno Terra. Segundo ele, o problema vem se agravando em Minas nos últimos dez anos, mas tem sido combatido.

"Muito ainda precisa ser feito".

As ameaças a juízes, o Centro de Segurança Institucional (Cesi), criado pelo Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), está planejando e executando várias ações de reforço na segurança das unidades do Judiciário mineiro. Nesta semana, policiais militares do Grupo de Ações Táticas Especiais (Gate) vão ensinar como os servidores do Fórum Lafayette, em BH, o maior de Minas, devem proceder para detectar possíveis explosivos dentro de correspondências.

Além disso, até o início de abril, os diretores dos fóruns das 296 comarcas do Estado vão responder a uma pesquisa que apontará o nível de segurança dos imóveis. O mapeamento indicará intervenções necessárias para evitar que os locais sejam alvos de criminosos.

Desde o fim do ano passado, um grupo de policiais militares que integram o Cesi passou a atuar diretamente com a presidência do Tribunal. A equipe foi reforçada na última semana por um delegado da Polícia Civil.

Para o vice-presidente do Sindicato dos Servidores da Justiça de Primeira Instância do Estado de Minas Gerais (Serjuzmig), Rui Viana, a insegurança se deve à falta de estrutura das edificações. "Grande parte dos fóruns não foi projetada para essa função. São prédios pequenos, que foram adaptados. Por isso, muitos imóveis estão sujeitos a alagamento e correm o risco até de desabar", diz. Ele cita como exemplo o fórum de Monte Sião, no Sul de Minas, que funciona em um imóvel construído sobre um rio. Funcionários reclamam de rachaduras nas paredes e do mau cheiro provocado pelo esgoto jogado no curso d'água.

Designado pelo presiden-

Nesta semana, será definida a compra de equipamentos portáteis de segurança

do TJMG, desembargador áudio Costa, o tenente-coronel Renato Batista Carvalhais, chefe da Assessoria Militar do Tribunal, reconheceu que há falhas nos fóruns mineiros, mas ele afirma que o Cesi tem atuado para corrigi-las.

Entre as ações já realizadas, está a aquisição de coletes à prova de bala para os comissários do Juizado da Infância e Juventude de BH. "Em fóruns de menor porte, o policiamento é reforçado em júris mais complexos, até com apoio de ambulâncias. Naqueles com histórico de violência, a Polícia Militar monta um ponto base em frente", diz o oficial.

Nesta semana, ele fará uma reunião para definir a aquisição de aparelhos portáteis de segurança. "Estamos criando uma portaria para que as armas acumuladas nos fóruns sejam enviadas duas vezes ao ano para destruição pelo Exército".

Infraestrutura preocupa

MARGARIDA HALLACOC

mhallacoc@hojeemdia.com.br

GIRLENO ALENCAR

galencar@hojeemdia.com.br

DANIEL ANTUNES

dantunes@hojeemdia.com.br

Servidores do fórum de Monte Sião, no Sul de Minas, reclamam do mau cheiro que exala do rio que passa debaixo do imóvel. Em dias de calor intenso, eles têm mal-estar. As rachaduras nas paredes também assustam.

"Enchentes já chegaram na porta e tivemos que subir com todos os processos, computadores e outros documentos que estavam no primeiro andar", afirma o escrivão João Paulo Camune da Costa, de 28 anos, há oito trabalhos no fórum. Segundo os servidores, o desgaste nas colunas de sustentação do imóvel, provocado pela correnteza do rio, é visível.

O escrivão diz que um engenheiro nomeado pelo Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) vistoriou o prédio, em 2010, e constatou o risco provocado pelas rachaduras. O fórum foi construído em 1992.

Em Montes Claros, no Norte de Minas, a direção do fórum Gonçalves Chaves restringiu a entrada de familiares de presos, após a constatação de que muitos aproveitavam as audiências para ameaçar as testemunhas arroladas em processos criminais. O sargento César do Rosário, comandante

do destacamento da Polícia Militar no fórum, afirma que mais de 30 pessoas foram presas, nos últimos 15 meses, por coação de testemunhas.

O diretor do fórum, Richardson Brant Xavier, afirma que o policiamento foi reforçado e as armas que fazem parte dos processos foram encaminhadas ao 55º Batalhão do Exército.

Em 2007, a Polícia Federal descobriu um plano, por meio de escuta telefônica, para matar o juiz Marco Antônio Ferreira, da 2ª Vara Criminal de Montes Claros.

No Fórum de Governador Valadares, no Leste do Estado, uma das preocupações é com o sistema de prevenção de incêndio, segundo o diretor do fórum, o juiz Marcelo Cândido. O prédio de três andares conta apenas com duas saídas no térreo.

Preocupado, o magistrado solicitou ao TJMG vistoria em todo o sistema elétrico. "Temos extintores em todos os locais estabelecidos pelo Corpo de Bombeiros, o problema está na evacuação de pessoas em uma situação de emergência". A vistoria está programada para esta semana.

A diretoria também já trabalha para ampliar as instalações do fórum, que abriga 12 varas e por onde passam, diariamente, 500 pessoas. "O projeto vai contemplar também a questão da acessibilidade", informa o juiz.

A direção do fórum em Montes Claros restringiu a entrada de parentes de presos

HOJE EM DIA - BELO HORIZONTE, QUARTA-FEIRA, 14/3/2012

12 Opinião

Leviandade e mentira são derrotadas novamente

NELSON MISSIONS DE MORAIS*

Por força do direito e de uma decisão superior, os detratores saem mais uma vez de cena para dar lugar à legalidade e ao Estado de Direito. Não se tratam mais de arroubos, leviandade e manipulação da Imprensa; agora é a vez do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) se manifestar, como fez na sessão da última segunda (12), e confirmar, pela unanimidade de seus conselheiros, que as mais de 500 promoções feitas pelo Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), envolvendo 450 juizes e 61 desembargadores, foram e são legais e estão moralmente corretas.

Contra a leviandade e a mentira, foi feita uma pesquisa rigorosa, como observou o próprio conselheiro Ney José de Freitas, para, ao final, constatar que não houve prejuízos a ninguém. Vale reproduzir, aqui, seu voto: "Todos os candidatos aptos à promoção eram automaticamente inscritos no processo pelo próprio Tribunal".

O conselheiro também refutou as acusações de descumprimento de processos objetivos na escolha das promoções. Segundo ele, o prazo transcorrido desde as promoções e a ausência de má-fé dos magistrados promovidos justificam o princípio da segurança jurídica. Seu voto foi incluído no do rela-

tor, conselheiro Fernando Tourinho, e foi seguido pelos demais.

São manifestações que consagram a lisura dos atos administrativos do Judiciário mineiro e afastam quaisquer dúvidas ou brechas jurídicas quanto à legalidade das promoções. Os critérios adotados foram absolutamente legais e transparentes e baseados em dois quesitos: o da antiguidade e o do merecimento. Mais do que confirmar a legalidade, foi restabelecida a verdade, a dignidade e o respeito aos magistrados mineiros.

Os conselheiros do CNJ foram fieis ao que efetivamente representavam os atos administrativos dos últimos seis anos, sem se deixar contaminar por interesses escusos que nortearam o questionamento. Não foi sem razão que confiamos na integridade dos membros do CNJ, bem como dos magistrados promovidos, os quais sempre cumpriram, com lisura e honra, seus deveres constitucionais e legais.

Fica provado também aquilo que já sabíamos que o TJMG é um tribunal sério e composto por homens igualmente sérios e probos, e que, juntos, integram e representam o Estado de Direito, a última trincheira da democracia e da cidadania.

O que é preocupante e lamentável é que alguém, movido pela malícia ou

por razões insondáveis, atinja a credibilidade de uma instituição tão cara à sociedade. Não se pode confundir atos administrativos e jurisdicionais que gozam de amparo legal, de uma instituição centenária e íntegra. Muito menos se deve atacar a honra, a dignidade e a capacidade profissional de pessoas e de colegas.

O mais grave em tudo isso é abusar e contaminar a boa-fé do cidadão, manipulando profissionais da imprensa ao apresentar-lhes um soslaio falso sobre determinada situação. Aqui, em Minas, há juizes sérios que dedicam sua vida, com exclusividade, à Justiça mineira. São magistrados que fazem um voto de fé pela Justiça, entregando-se fervorosamente a sua função judicante, sem se envolver com atividades paralelas e questionáveis, como dirigir cursinhos, entre outros.

Apesar da decisão superior e definitiva do CNJ, tiveram sua credibilidade e honestidade afetadas por uma parcela da mídia, que, como disse, foi enganada por essas pessoas inescrupulosas e sem identidade com os ideais da magistratura e de justiça. Ainda assim, estou convencido de que as forças do bem se uniram para enfrentar e derrotar mais uma vez a irresponsabilidade.

(*) Desembargador e Secretário-Geral da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB)